



Senado aprova reajuste de 41% para Ministério Público Federal



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aumento deve ser distribuído em oito parcelas ao longo de quatro anos. Devido a modificações feitas pelo Senado, projeto volta para a Câmara dos Deputados

O Plenário aprovou substitutivo de Valdir Raupp ao projeto que originalmente previa reajuste de 56%. O percentual menor, que leva em conta o contexto econômico do país, foi obtido após acordo entre o Poder Executivo e o Ministério Público da União.

Senadores da base governista comemoraram a aprovação, com sugestão de que o mesmo resultado seja alcançado na negociação com outras categorias do serviço público federal. Senadores de oposição, porém, criticaram a falta de debate e disseram que sindicatos não foram ouvidos. **3**

Renan Calheiros conduz a votação em que foi aprovado o substitutivo de Valdir Raupp (D), que procurou não comprometer o Orçamento da União

CPI deve mirar intermediário da CBF, dizem jornalistas 6

Problema do SUS é a falta de recursos, afirma Chioro 12

Collor acusa Janot de vazar informações sigilosas 11

Vagas para deficiente em curso superior passam em comissão

Projeto que inclui as pessoas com deficiência na Lei de Cotas foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. O texto agora deve seguir para a Câmara. **8**

Emenda prevê aumento maior para servidores no Orçamento

Acordo feito pelo relator, deputado Ricardo Teobaldo, permite a cada um dos três Poderes prever na LDO de 2016 o reajuste planejado para seus servidores. **12**

Mulheres podem ter cota nos Legislativos

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta que muda a Constituição para fixar cota mínima de representação para mulheres e homens nos Legislativos federal, estaduais e municipais. A representação mínima para os dois gêneros valerá por três legislaturas, com percentuais diferentes: 10% das vagas na primeira, 12% na segunda e 16% na terceira. A proposta ainda precisa de outro turno de votação. **3**



Moreira Maniz/Agência Senado

Senadoras comemoram aprovação da PEC que reserva vaga para mulheres

Doação a campanha deve ter limite

A Comissão da Reforma Política aprovou ontem teto máximo de R\$ 10 milhões para a doação por empresa a campanhas eleitorais.

Os senadores fizeram outras restrições a doações e alteraram as regras para debates. O texto vai agora ao Plenário, com urgência. **6**



Wolkeimir Barreto/Agência Senado

Comissão da Reforma Política do Senado analisa alterações em proposta que veio da Câmara



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Falciani (no telão) responde aos senadores da comissão

CPI do HSBC terá colaboração do delator do swissleaks

Hervé Falciani, que denunciou esquema de evasão de divisas no HSBC na Suíça, foi ouvido ontem pela comissão em videoconferência e concordou em compartilhar dados com os senadores. Colaboração pode motivar a prorrogação da CPI. **9**

Físico chama a atenção para importância da COP-21 para o país 11

Segundo facultades, governo não avalia resultados do Ciência sem Fronteiras 10

Sessão do Congresso homenageia Getúlio Vargas e conquistas trabalhistas 2

Homenagem a Vargas exalta conquistas do trabalhismo

Em sessão especial do Congresso e em audiência da Comissão de Direitos Humanos, parlamentares lembraram aniversário da morte do ex-presidente e alertaram para ameaças a direitos trabalhistas

COMPARAÇÕES ENTRE OS momentos de crise política enfrentados hoje e no último governo de Getúlio Vargas (1951-1954) marcaram ontem a sessão solene do Congresso em memória aos 61 anos da morte do ex-presidente. Os pronunciamentos pediram união das forças democráticas em torno das conquistas sociais legadas por Vargas, especialmente as trabalhistas.

— Ele criou a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Hoje é dia de incorporar o espírito de brasilidade de nosso estadista Getúlio Vargas — disse o senador Telmário Mota (PDT-RR), que apresentou o requerimento de homenagem com o senador Elmano Férrer e o deputado federal Paes Landim, ambos do PTB do Piauí.

Enquanto Landim realçou a figura “modernizante e



Sessão do Congresso Nacional fez parte da semana O Trabalhismo no Brasil

pragmática”, Elmano elogiou os avanços trabalhistas introduzidos pelo governo Vargas para “evitar abusos patronais”.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) reagiu contra a eventual flexibilização dos direitos trabalhistas.

— Acreditam que a precarização dos direitos sociais dos trabalhadores é necessária para alavancar a competi-

vidade do Brasil no mercado internacional — criticou.

Para o ministro do Trabalho, Manoel Dias, a defesa da soberania nacional, da liberdade e da democracia foi a mensagem mais importante de Vargas. A presidente nacional do PTB, deputada federal Cristiane Brasil (RJ) disse que a coragem, a lucidez e o amor à pátria não deixaram o ex-presidente vacilar diante de obstáculos.

O deputado Afonso Motta (PDT-RS) elogiou a visão de mundo de Vargas para inserir o país no cenário internacional. E o deputado federal Davidson Magalhães (PCdoB-BA) pediu o resgate de um projeto de autonomia nacional.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), é preciso zelar pelo legado em prol do trabalhismo deixado não só por Getúlio, mas também pelo ex-presidente João Goulart e por Leonel Brizola.

— Não tem proposta melhor de projeto para o Brasil do que o que está nas raízes do trabalhismo — sustentou.

O senador Humberto Costa (PT-PE) considerou a herança política de Vargas inspiradora de todos os movimentos e partidos com preocupação social.

— Nesse momento político da nação, está na hora de juntar os verdadeiros democratas que não querem a repetição do que aconteceu no passado. Obrigado a todos os que lutam pela liberdade e a democracia — disse o ex-deputado João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou ter nascido na data do primeiro aniversário de morte de Vargas. Já os senadores gaúchos Lasier Martins (PDT) e Ana Amélia (PP), crianças à época, recordaram a comoção que tomou conta do estado com a notícia do suicídio.

Textos sobre terceirização e modelo de exploração do petróleo são criticados

Senadores trabalhistas, historiadores e lideranças sindicais demonstraram preocupação com dois projetos em tramitação no Senado: o PLC 30/2015, que trata da terceirização, e o PLS 131/2015, que revoga a obrigatoriedade de a Petrobras participar da exploração do petróleo no pré-sal.

Eles participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que, com a sessão do Congresso, integrou a programação da semana O Trabalhismo no Brasil. O evento foi requerido por Telmário Mota (PDT-RR).

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou a perda que representou a morte do ex-presidente para os trabalhadores. Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a inteligência de Vargas. E Elmano Férrer (PTB-PI), que na época estudava no Crato (CE), lembrou o “silêncio sepulcral” que se fez na cidade em 24 de agosto de 1954, dia do suicídio.

Para o historiador José Augusto Ribeiro, autor do livro *A Era Vargas*, o ataque das forças internacionais interessadas em explorar o petróleo brasileiro e as riquezas em estado bruto do país foi o real motivo da violenta campanha desencadeada contra o ex-presidente.

Segundo o autor, a difamação e a propaganda contrária por parte do jornalista Carlos Lacerda e dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, foram determinantes para o desfecho daquele momento histórico.

José Augusto Ribeiro afirmou que, para Vargas, entregar o petróleo representava soberania do país.

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Osvaldo Maneschy, disse que os ataques que Vargas sofreu hoje voltam a se abater sobre as classes trabalhadoras. Ele chamou a atenção para a rediscussão do modelo de partilha do petróleo, que pode representar um risco à soberania nacional.



Presidente da CDH, Paulo Paim (D) coordena audiência pública sobre Vargas

Senado reage em 1954 à morte de Vargas: <http://bit.ly/GetulioArquivoS>

Senado acelera exame de duas propostas da Agenda Brasil

Os senadores aprovaram ontem requerimentos para acelerar a tramitação de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que integram a Agenda Brasil.

A PEC 33/2014 inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações de competência

comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A PEC 24/2012 cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, cujos recursos destinam-se ao aparelhamento, remuneração e integração dos órgãos de segurança dos entes federados.

Viana homenageia ex-presidente e rádio acriana

Jorge Viana (PT-AC) lembrou os 61 anos da morte de Getúlio Vargas, que classificou como o personagem mais importante da República brasileira. Ele considera que o Brasil segue com dificuldade de lidar com grandes brasileiros como Getúlio e Juscelino.

— Talvez tenham nos deixado, ambos, uma grande lição: o melhor caminho é cumprir a Constituição.

O senador também cumprimentou a Rádio Difusora do Acre pelos 71 anos.

Bezerra ressalta papel do Senado como poder mediador

Fernando Bezerra (PSB-PE) chamou a atenção para as responsabilidades que a crise do país impõe à classe política, ressaltando que o povo exige vigilância e compromisso. O senador manifestou apoio à Agenda Brasil, como instrumento de diálogo entre as forças políticas para superação da crise, acrescentando que o PSB está a favor do país e aberto a conversas.

— Que o Senado possa atuar como o grande mediador que o Brasil precisa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Obras públicas

8h30 Na pauta de sete itens da Comissão de Infraestrutura, projeto que institui novo marco legal para contratação de obras públicas.

CAS Aterros sanitários

9h Entre os dez itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, está o PLC 64/2014, que regula a profissão de fotógrafo, e o PLS 207/2012, que cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários.

CDR Indenizações pela Chesf

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional faz audiência pública interativa sobre pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco nas desapropriações para construção da Barragem de Sobradinho (BA). Convidados representantes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho.

CCJ Sabatina de Rodrigo Janot

10h A Comissão de Constituição e Justiça faz audiência interativa para sabatinar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Em seguida, reunião deliberativa.

CDH Manuais em áudio

11h Abre a pauta de 24 itens o PLS 205/2012, que obriga o fornecimento de versão em áudio de manuais que acompanham produtos.

CMO Reuniões extraordinárias

14h e 18h Reuniões extraordinárias da Comissão Mista de Orçamento.

PLENÁRIO Transporte

14h Análise da PEC 74/2013, que insere na Constituição o transporte como um direito social.

MP 679/2015 Relatório

14h30 Comissão que analisa MP sobre fornecimento de energia para os Jogos Olímpicos de 2016 aprecia relatório.

MP 675/2015 CSLL

14h30 Comissão que avalia aumento da alíquota da CSLL de instituições financeiras aprecia relatório.

MP 680/2015 Proteção ao emprego

14h30 Comissão que estuda o Programa de Proteção ao Emprego delibera sobre requerimentos.

PRÉ-SAL Audiência interativa

15h Comissão especial que analisa atuação da Petrobras no pré-sal faz audiência pública interativa com os governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung, e do Rio de Janeiro, Pezão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado reajuste ao Ministério Público Federal

Senado acatou substitutivo de Raupp determinando aumento de 41% para os servidores e o texto agora vai para nova análise dos deputados, que haviam previsto 56%

O SENADO APROVOU reajuste de 41% para os servidores do Ministério Público Federal, distribuído em oito parcelas, a ser pago ao longo de quatro anos. O texto aprovado foi o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) ao PLC 41/2015, que previa inicialmente um aumento de 56%. O projeto será enviado de volta à Câmara dos Deputados, por causa das modificações.

O substitutivo de Raupp é baseado em acordo entre o Poder Executivo e o Ministério Público da União (MPU), que negociaram uma nova proposta de reajuste salarial ao levar em conta o aspecto orçamentário.

Ficou acertado que haveria redução do reajuste do vencimento básico nos cargos efetivos proposto no projeto original, alteração do percentual correspondente à gratificação de atividade do MPU (o Ministério Público Federal é um dos órgãos que compõem o MPU) de 90% para 140% e o aumento de seis para oito parcelas na implementação dos novos valores.

A diferença entre o novo vencimento e o anterior será paga em parcelas sucessivas,



Oposição fez críticas ao acordo entre o governo e a Procuradoria-Geral, que reduziu a porcentagem do aumento

não cumulativas, distribuídas nas várias faixas dos servidores. O aumento incidente sobre a remuneração do ano anterior se dará da seguinte forma: 9,28% em 2016; 9,27% em 2017; 8,81% em 2018; e 8,40% em 2019.

Defasagem

Raupp afirmou em Plenário que a proposta faz justiça aos servidores, ao recompor a remuneração que se encontra defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes

Executivo e Legislativo. A situação, disse, tem provocado a rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à atividade do MPU.

— É o que foi possível conceder neste momento a essas categorias. Não podemos aprovar aumentos salariais que poderão comprometer o Orçamento da União — disse.

Blairo Maggi (PR-MT) ressaltou que o acordo pode servir como indicativo para o governo negociar também com outras categorias que

reivindicam reajuste. José Pimentel (PT-CE) considerou o substitutivo uma “grande solução” para a categoria. Vanessa Grazziotin disse que “é melhor garantir 41% de aumento do que nada”, ao se referir à possibilidade de veto.

Humberto Costa (PT-PE) ressaltou que a proposição foi fruto de entendimento. O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que o substitutivo é compatível com as finanças públicas e que o tema foi bastante discutido

pelo Ministério do Planejamento com a Procuradoria-Geral da República.

Críticas

Vários senadores da oposição criticaram o acordo. Segundo eles, faltou a participação dos sindicatos e o conhecimento prévio do substitutivo pelos senadores.

— Nem tivemos oportunidade de avaliar a alteração. Deveríamos ter apreciado o relatório da Câmara. Poderíamos ter prolongado esses quatro anos e mantido o reajuste de 56% — defendeu Ronaldo Caiado (DEM-GO).

José Medeiros (PPS-MT) classificou a negociação como um “acordo de cúpula” e criticou a desvalorização dos servidores nas proposições legislativas.

— Esse acordo não foi amplamente aceito, não é realidade. Quando se vota reajuste, já se fala que é pauta-bomba. O servidor está sendo demonizado — afirmou.

Raupp explicou que a proposta obteve a aprovação do Conselho de Assessoramento Superior do MPU e reiterou que precisou considerar o contexto econômico do país.

Avança cota mínima para mulheres no Legislativo

A participação feminina na política ganhou um reforço. O Plenário aprovou em primeiro turno ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015, que reserva um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. Assim, a medida atinge Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. A proposta foi aprovada em primeiro turno com 65 votos favoráveis e 7 contrários.

A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda e 16% na terceira. Caso o percentual mínimo não seja atingido por um dos gêneros, as vagas serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral. A proposta faz parte das sugestões da Comissão da Reforma Política.

Vários senadores louvaram a iniciativa, que, segundo eles, diminuirá a desigualdade de gênero na política. Marta Suplicy (sem partido-SP) ressaltou que as mulheres enfrentam mais dificuldades

para optarem por uma carreira política e disse ter esperança de que a proposta incentive a candidatura feminina.

A senadora lembrou que o Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo de presença de mulheres no Congresso. Segundo ela, de 190 países, o Brasil ocupa a 116ª posição no ranking de representação feminina no Legislativo.

Desigualdade

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lamentou a posição do Brasil no ranking e classificou como “constrangedor” o fato de as mulheres terem que negociar uma cota no Legislativo. Para ela, o ideal seria que os partidos já tivessem consciência de montar as listas com alternância de gênero e que as mulheres já tivessem alcançado a paridade com os homens. A senadora disse ter esperança de uma mudança cultural no país e de ver o dia em que não será necessária a cota.

O relator da Comissão da Reforma Política, Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou, no relatório, que na esfera política há nítida desigualdade entre homens e mulheres na ocupação de cargos públicos. Jucá argumentou que as mulheres

são maioria na população e maioria no eleitorado, mas enfrentam dificuldades para conquistar cargos eletivos. Na Câmara, dos 513 cargos em disputa em 2014, apenas 51 foram ocupados por mulheres. No Senado, de 81 vagas, somente 13 parlamentares são do sexo feminino. A PEC, porém, não modifica os critérios para eleição no Senado, já que esse não usa o sistema proporcional.

Jucá destacou ainda que a ação afirmativa tem prazo definido. Para ele, uma vez garantido o percentual de 16%, as barreiras socioculturais enfrentadas pelas mulheres serão reduzidas a tal ponto que, a partir da quarta legislatura

depois da promulgação da PEC, não será mais necessário prever representação mínima.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se posicionou contra a proposta afirmando que ela “fere o princípio da soberania do voto”, já que o voto dado a uma mulher terá um peso maior do que o dado a um homem. Para ele, o princípio da soberania popular deve ser respeitado e é o povo que deve definir sobre a composição das assembleias que o representam.

— O que se pretende com a emenda é dizer que a composição das assembleias não depende mais exclusivamente do povo, mas é predeterminada pelo Congresso — disse.



Vanessa, procuradora da Mulher no Senado, diz que espera mudança cultural

Comissão para desburocratização será instalada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou em Plenário ontem que a comissão de juristas que vai analisar propostas para a desburocratização será instalada na próxima quarta-feira, às 11h, no Salão Nobre do Senado. A comissão temporária foi criada para sugerir anteprojeto de lei e avaliar projetos em tramitação que tenham como alvo a diminuição da burocracia na administração pública. O debate deve acontecer de forma coordenada com a Câmara.

A comissão será presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques. Os juristas terão 180 dias para apresentar as conclusões. Depois que o trabalho for concluído, a proposta deverá ser analisada por uma comissão especial de senadores que transformará as sugestões em projetos de lei ou emendas à Constituição.

A criação da Comissão da Desburocratização foi sugerida por Blairo Maggi (PR-MT). O colegiado integra a Agenda Brasil, conjunto de propostas apresentadas por Renan Calheiros ao governo para estimular o crescimento econômico do país.

“Antes de enxugar ministérios, governo ouvirá sugestões do Congresso”, diz Nelson Barbosa

Ministro do Planejamento se reuniu ontem com presidente do Senado e confirmou que reforma administrativa do governo está marcada para o final de setembro

O MINISTRO DO Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que o governo ouvirá as sugestões do Congresso Nacional antes de fazer a reforma administrativa prevista para o fim de setembro. Ele se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Conforme anunciado na segunda-feira pela presidente Dilma Rousseff, o governo vai extinguir dez ministérios e mil cargos comissionados, entre outras providências para corte de gastos.

— O governo tomou a iniciativa de apresentar as diretrizes para abrir o debate não só com os ministros, mas com o Parlamento e especialistas em gestão pública. Temos um mês para construir essa proposta. Todos serão ouvidos e as considerações serão levadas à presidente. Nossa intenção é apresentar uma proposta até o fim de setembro.

Questionado sobre um possível aumento de impostos, Barbosa limitou-se a dizer que o governo está “avaliando

alternativas para elevação da receita e o Ministério da Fazenda se pronunciará sobre isso”.

O ministro explicou:

— A reforma tem cinco eixos.

O que gera mais ganho para o governo é o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio da União, como venda de imóveis que não são prioritários. A redução de ministérios também gera economias. Ao combinar dois ministérios, por exemplo, podem-se eliminar algumas estruturas. São economias de algumas centenas de milhões de reais.

Sobre a conversa com o presidente do Senado, o ministro disse que eles trataram de temas relacionados à Agenda Brasil.

— É uma agenda de colaboração entre os Poderes para melhorar o funcionamento da economia nacional e a retomada do crescimento.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), também partici-

pou da reunião e disse que a demora na definição do corte dos ministérios não atrapalha diretamente a comissão responsável por analisar a Lei Orçamentária Anual, mas lembrou a existência de comissões relacionadas a essas pastas.

— Se algumas delas vão ser extintas, teremos que alterar a sistemática de trabalho. Não altera o resultado, mas altera a sistemática de trabalho — explicou.



O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que esteve ontem no Senado

Renan: medida deveria ter sido tomada antes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse considerar boa a iniciativa da presidente Dilma Rousseff de reduzir o número de ministérios e cortar cargos comissionados. Mas, segundo ele, a iniciativa deveria ter sido tomada “lá atrás”.

— Sempre defendi a redução de ministérios e cargos comissionados e o enxugamento da máquina para garantir a

eficiência das políticas públicas. É uma boa iniciativa. Isso poderia ter sido feito lá atrás. É uma medida coerente com o ajuste fiscal.

Sobre a Agenda Brasil, informou que conversará com os líderes para instalar nesta semana a comissão que vai cuidar dos projetos que irão a votação. Ele quer “tirar definitivamente a agenda do papel”.

Renan informou que pre-

tende levar hoje ao Plenário o nome de Rodrigo Janot, logo após a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para as 10h. Ele busca continuar como procurador-geral da República. Em relação ao fato de haver senadores investigados pela Operação Lava-Jato, sob a condução do procurador-geral, o presidente disse esperar isenção da CCJ.

Senadores querem ouvir Levy sobre agravamento da crise

Após advertirem em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a crise da economia está se agravando, senadores pediram o comparecimento do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para falar ao colegiado.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o governo perdeu o controle da situação e o Brasil está caindo no abismo. Ele sugeriu que a CAE dê prioridade à discussão das ameaças que o país enfrenta e examine saídas para a economia.

Blairo Maggi (PR-MT) considerou previsível a perda do

grau de investimento pelo Brasil e sugeriu uma discussão sobre os riscos para a economia. Grau de investimento é uma espécie de selo de confiabilidade concedido aos países pelas agências internacionais de classificação de risco.

O parlamentar avaliou como equivocada a maneira como Levy está conduzindo a economia e criticou também a estratégia do Banco Central de elevar os juros. Na avaliação do senador, até o próximo ano, quando o BC pretende frear essa alta, “metade da economia brasileira morreu”.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que é de “domínio público” que o governo não vai cumprir a meta de superávit primário estabelecida há quatro meses. Para ele, é preciso fazer um ajuste sobre esse plano, suas consequências e suas retificações no prazo.

O senador considerou importante a decisão da CAE de aprovar audiência pública para debater a crise financeira dos estados:

— O conjunto dos estados brasileiros está caminhando de maneira acelerada para um colapso.

Procurador e secretário do Tesouro debatem metas fiscais

As metas e pedaladas fiscais do governo serão debatidas em comissões do Congresso amanhã e na terça-feira.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai ouvir o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, amanhã, às 10h, sobre as metas fiscais referentes ao terceiro trimestre de 2014 e ao primeiro de 2015. Já o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, participará no dia 1º de setembro de audiência na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) para discutir as contas da presidente referentes a 2013 e 2014.

As chamadas pedaladas fiscais, em análise no TCU, envolveram manobras contábeis feitas para encobrir fragilidades financeiras da União. Ambos devem tratar do tema.

Saintive deve falar ainda das receitas tributárias do início deste ano, que ficaram abaixo das expectativas da equipe econômica, o que foi a principal justificativa para rever as metas fiscais do governo.

Fala de Dilma é piada de mau gosto, diz Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou ser uma “piada de mau gosto” a presidente Dilma Rousseff ter assumido que o governo demorou muito para perceber a gravidade da crise que atinge o país.

Para o senador, a crise foi fabricada ao longo dos 13 anos de governo do PT e os números confirmam a gravidade: a taxa de juros está em 14,25%, a inflação passa dos 10% e o desemprego já atingiu, só neste ano, 492 mil trabalhadores com carteira assinada.

— A presidente Dilma somente agora descobriu. Isso é mais uma piada de mau gosto. Lá na roça nós falamos o seguinte: “a vaca foi pro brejo”.



Gurgacz considera política de juros altos nociva

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou a política de juros altos, que considera nociva para a economia e ineficaz contra a inflação e a fuga de capitais.

Em sua opinião, os sete aumentos seguidos da taxa básica de juros sobrecarregaram as empresas e dificultam a retomada da atividade econômica. Gurgacz citou o exemplo da China, EUA e Japão, que enfrentaram a crise reduzindo as taxas de juros.

— Não podemos colocar no ombro dos trabalhadores, dos empresários, dos agricultores a conta pelos erros cometidos e pela falta de criatividade para construção de caminhos alternativos.



Para Blairo, economia do Brasil “está de marcha a ré”

Blairo Maggi (PR-MT) cobrou do governo federal o próximo passo a ser dado na economia, uma vez que já foi aprovado pelo Congresso o pacote de ajuste fiscal.

Ele disse que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votou convite ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para explicar a condução da política econômica brasileira diante da crise. Na avaliação do senador, a economia do país está de “marcha a ré”.

— O governo já sentou e começou a negociar com os setores, com a sociedade e com o próprio Congresso? Não, o governo ainda não se manifestou — afirmou.



Alvaro: país quer conhecer tamanho da dívida pública

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ter enviado ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pedido de informações sobre os custos com pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública. Segundo ele, há dúvidas quanto aos números divulgados pelo governo.

— A população brasileira precisa conhecer com profundidade os mecanismos da gestão da dívida pública no Brasil. É imperioso reconhecer que não é razoável comprometer mais de 40% do orçamento anual do governo federal com pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida.



Relatora havia proposto elevar a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido cobrada de instituições financeiras de 15% para 23%, mas depois, a pedido de parlamentares, aceitou fixá-la em 20%

Gleisi aceita texto do governo sobre tributação de bancos

A RELATORA DA comissão mista que analisa a Medida Provisória 675/2015, que eleva a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) cobrada de instituições financeiras, Gleisi Hoffmann (PT-PR), recuou e concordou com a elevação da alíquota de 15% para 20%, como estabelece o texto do Executivo. O parecer da senadora previa uma ampliação maior, para 23%, mas foi criticado por integrantes da comissão.

— Senti que tem um apelo muito grande para voltar aos 20%. Entendo que é a manifestação da maioria. Disse que, se fosse a manifestação da maioria, não seria eu a forçar em 23% — afirmou.

A proposta do Executivo faz parte do ajuste fiscal proposto pelo governo e entra em vigor no dia 1º de setembro. Com a elevação para 20%, o governo espera arrecadar R\$ 900 milhões em 2015 e R\$ 3 bilhões em 2016, atingindo o teto de R\$ 4 bilhões em 2017.

Entre as instituições financeiras afetadas, estão bancos, distribuidoras de valores imobiliários, corretoras de câmbio, sociedades de crédito e de arrendamento mercantil e administradoras de cartão de crédito.

Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que a elevação da alíquota não terá impacto sobre quem tem conta em banco.

— Esse discurso de dizer que vai onerar as taxas do banco, não vai onerar nada, pois a contribuição é sobre o lucro líquido — disse o senador.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) disse que o aumento “é de interesse do país”.

Para as cooperativas de crédito,

a relatora manteve um aumento menor, para 17%, como havia sido proposto em emenda do presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Ele elogiou a relatora por essa decisão:

— As cooperativas de crédito foram as que mais contribuíram para a expansão do crédito no Brasil.

Gleisi fez mudanças na primeira versão do relatório divulgado na semana passada. Uma das alterações foi para atender uma demanda apresentada pela bancada da Zona Franca de Manaus contrária à redução dos créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 20% para 17%, de empresas de refrigerantes que produzem matéria-prima na zona franca.

Refrigerantes

A senadora também retirou a permissão para que os créditos de IPI de refrigerantes e xaropes pudessem ser compensados com o imposto de cerveja e bebidas alcoólicas, como hoje acontece.

Gleisi pretende tentar um acordo com dois senadores de Goiás sobre uma emenda para converter a dívida em dólar da Companhia Energética de Goiás (Celg) para real, tendo a Selic como indexador e prazo máximo de 120 meses para repactuar a dívida, de acordo com autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Lúcia Vânia (sem partido-GO) defende que a emenda permaneça no texto. Segundo a senadora, pagar um contrato em dólar com a alta atual é temerário:

— Qualquer cidadão bra-

sileiro que ler essa emenda vai concordar com ela. Não é possível que, por um capricho político, vamos prejudicar um estado dessa maneira.

Por sua vez, Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a inclusão da conversão da dívida no relatório:

— Não é possível [o texto] trazer um assunto do nosso estado, em que Goiás foi penalizado. Pediria para não tratar de um assunto local.

Antes de aceitar mudar a alíquota, Gleisi Hoffmann chegou a defender a proposta original:

— Acho razoável que a Casa possa tomar uma atitude [dessas], em razão da lucratividade dos bancos — assinalou a parlamentar, citando os lucros de bancos como o Bradesco (R\$ 4,4 bilhões), o Itaú (R\$ 5,98 bilhões) e o Banco do Brasil (R\$ 7,4 bilhões) no segundo trimestre deste ano.

Ela acrescentou:

—A MP veio antes do balanço do segundo trimestre de 2015. Esse balanço dá uma boa análise sobre a lucratividade dessas instituições mesmo em época de dificuldade econômica. Pouquíssimas empresas tiveram resultados como esses.

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) sugeriu o aumento da CSSL para 18%, menos do que o sugerido pelo Executivo e pela relatora. Segundo ele, é um engano calcular o lucro dos bancos usando como parâmetro grandes instituições financeiras como Bradesco e Itaú.

— Temos mais de 130 bancos no Brasil, com resultado operacional baixo — argumentou.

(Da Agência Câmara)



Pinheiro relatou projeto que esclarece questão sobre responsabilidade fiscal

Cessão de dívida ativa pode deixar de ser operação de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou proposta tornando claro que não é operação de crédito a antecipação de recebimentos de valores inscritos em dívida ativa. O projeto de resolução (PRS 26/2015) determina que a receita obtida nessas operações se destine exclusivamente à capitalização de fundos de previdência ou à amortização extraordinária de dívidas com a União.

A proposta, de Regina Sousa (PT-PI), segue para deliberação do Plenário.

O esclarecimento se deve, segundo a senadora, a problema ocorrido em 2009, quando Belo Horizonte estruturou um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) baseando-se em parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que não considerava a cessão como operação de crédito para fins

da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU), no fim daquele ano, entendeu que a cessão estava enquadrada no conceito de operação de crédito, sujeita ao limite estabelecido na LRF. De acordo com Regina, o relatório do TCU apontou a cessão do fluxo de caixa como compromisso financeiro, e não como alienação definitiva de ativos.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), acatou sugestão de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deixando claro que a cessão dos direitos creditórios ins-

critos em dívida ativa terá de se dar em caráter definitivo para não se enquadrar como operação de crédito. O objetivo, como assinalou o relator, foi tornar o texto mais próximo do entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Fundos constitucionais não terão verba reduzida, garante Delcídio

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), considerou “fora de qualquer cogitação” a redução de 30% dos recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). O senador disse ter conversado sobre o assunto com a presidente Dilma, que afastou a possibilidade.

A redução de 30% nos recursos desses fundos é prevista na PEC 87/2015, de autoria do Executivo, em tramitação na Câmara. A

proposta prorroga até 31 de dezembro de 2023 a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Esse mecanismo desvincula uma parte das receitas, tornando discricionária a sua utilização. A PEC, que altera o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aumenta a desvinculação de 20% para 30%, incidentes sobre contribuições sociais e econômicas. Outra novidade é a inclusão dos fundos constitucionais, prevista no texto encaminhado pelo Executivo à Câmara.

Adiada análise de nova fórmula de cálculo da aposentadoria

A falta de quórum adiou novamente a apresentação do plano de trabalho da comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 676/2015, que cria nova fórmula de cálculo da aposentadoria como alternativa ao Projeto de Lei de Conversão 4/2015, vetado pela presidente Dilma. A MP manteve a fórmula 85/95 aprovada pelo Congresso,

referindo-se à soma da idade e do tempo de contribuição dos segurados, mas criou dispositivo progressivo em que as somas da idade e do tempo de contribuição serão aumentados em um ponto a cada ano, entre 2017 e 2022.

O relator da MP é o deputado Afonso Florence (PT-BA). Presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE), a comissão se reúne na terça.



A senadora Gleisi Hoffmann, que relatou a medida provisória, e o deputado Domingos Sávio, presidente da comissão

Senadores estipularam teto de R\$ 10 milhões e mudaram regras de debates. Texto da Câmara passou por alterações na comissão temática do Senado e segue ao Plenário

Doação de empresa a campanha pode ter limite

UMA EMPRESA SÓ poderá doar até R\$ 10 milhões às campanhas eleitorais. As doações deverão respeitar o limite de 2% da receita bruta do ano anterior. Essas determinações, que constam no projeto de reforma política originado na Câmara, foram aprovadas ontem pela Comissão da Reforma Política do Senado.

O texto (PLC 75/2015) segue ao Plenário do Senado em regime de urgência, explica o relator, Romero Jucá (PMDB-RR):

— Basicamente mantivemos a transparência das doações. Criamos um limite para as empresas doarem. Ajustamos regras de debates. Estamos prontos para votar no Plenário e remeter ainda em agosto para a Câmara. A ideia é que os deputados apreciem a proposta para que possa ser sancionada até setembro e valer para as eleições do próximo ano.

Um teto máximo no valor da doação foi acrescentado à proposta por destaque de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Para ele, trata-se de uma medida moralizadora na relação entre a política e o empresariado.

— Ninguém doa acima de determinados valores sem que isso represente algum acordo ou alguma coisa que possa vir a se tornar ilícita — disse.

Fátima Bezerra (PT-RN) re-

conheceu que a emenda avançou em relação ao modelo atual, mas avalia que a manutenção do financiamento privado promove desigualdades e ajuda a elitizar o Parlamento.

— Vejo tanta gente aqui se arvorar em combater a corrupção, acabar com a impunidade, mas, na hora que tem a chance de adotar mecanismos moralizadores, decide manter um modelo político que leva a essas distorções.

Impedimentos

O projeto de reforma política traz outras barreiras às doações. As que vierem de empresas só poderão ser destinadas aos partidos. Além disso, uma mesma legenda só pode receber até 0,5% da receita bruta das empresas. Quem desobedecer às normas pagará multa e poderá ficar proibido de concorrer em licitações e de assinar contratos com o poder público por até cinco anos.

Há ainda outras restrições. Os cartórios e serviços notariais de registro não podem repassar dinheiro às campanhas. O texto previa originalmente que estariam vedadas as doações de empresas que têm contratos em órgãos públicos na mesma região da campanha.

No entanto, a comissão aca-



Ao lado de Viana, presidente da comissão, Jucá, relator, explica as mudanças que podem valer já para as eleições de 2016

tou uma emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que extinguiu essa limitação.

O companheiro de partido José Serra (SP) defendeu que a regra poderia ser um estímulo à desobediência da lei.

— Esse artigo é uma aberração. É impossível de operacionalizar, na prática. Imagina a quantidade de burla que vai se fazer — disse Serra.

A proposta também corta os gastos nas campanhas eleitorais. Para presidente, governador e prefeito, o máximo deverá ser até 70% do gasto na eleição anterior quando houve apenas um turno ou de 50% no caso de dois turnos.

Além disso, pelo projeto, só terão acesso ao Fundo Partidário as legendas que tiverem até 2018 diretórios permanentes em 10% das cidades distribuídas em pelo menos 14 estados. Em 2022, deverão ser 20% dos municípios em 18 estados.

Uma novidade do texto aprovado na comissão é a possibilidade de união de legendas em federações. Dois ou mais partidos poderão se unir e atuar como uma só legenda.

Outra mudança é que, nas eleições proporcionais — deputados e vereadores —, só serão eleitos os candidatos que alcançarem pelo menos 10% do quociente eleitoral.

As normas de debate também sofreram ajustes. Terão direito à troca de ideias em redes de TV ou rádio os candidatos de partidos com mais de nove deputados federais.

Além dessas mudanças, um grupo de senadores afirmou que vai apresentar emendas para acabar com o financiamento empresarial das campanhas. Jorge Viana (PT-AC), que preside a comissão, faz parte do conjunto.

— Tenho recebido muitas correspondências de pessoas cobrando, pedindo que tomemos uma decisão corajosa de pôr fim ao financiamento empresarial nas eleições.

Para jornalistas, CPI do Futebol deve focar intermediários da CBF

A CPI do Futebol voltou a ouvir jornalistas em audiência ontem. Lúcio de Castro, da emissora ESPN Brasil, e Rodrigo Mattos, do portal UOL, foram os convidados. Eles incentivaram a investigação de contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) pela comissão, mas também afirmaram que é necessário ir além e mirar os intermediários da entidade, que asseguram esses contratos.

— É nessas adjacências que se encontram as irregularidades, quase nunca nos contratos. Empresas de marketing, agências de viagem e consultorias são por onde se processam os desvios. A análise em si de um contrato entre entidade e patrocinador dificilmente vai trazer algo relevante — alertou Castro.

Mattos explicou como funcionam essas relações. Segundo ele, a CBF não lida diretamente com seus patrocinadores. Empresas intermediárias captam as propostas e levam-nas para a Diretoria de Marketing da entidade. Em troca, recebem comissões pagas em forma de aditivos aos contratos de patrocínio resultantes das negociações.

— Quanto e como a CBF paga por essa intermediação, não sabemos. Pedimos a eles esses dados e disseram que não abririam. O balanço da CBF tem transparência muito pequena. Seria interessante abrir essa caixa-preta e obter os contratos de comissões — disse Mattos.

Castro deu um exemplo de como esses contratos ocultos afetam a esfera



Castro, Romário e Mattos na audiência: CPI recebeu de jornalistas a íntegra dos documentos exibidos

pública. Em 2008, a Seleção Brasileira jogou um amistoso no Gama (DF) para marcar a reinauguração do Estádio Waldir Campelo Bezerra (o Bezerrão). O governo do Distrito Federal investiu mais de R\$ 8 milhões no evento. Parte da verba, junto com os direitos de organização da partida, foi repassada, por vários intermediários, a uma empresa que tinha como sócio o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, disse Castro.

Gestão atual

Teixeira presidiu a CBF até 2012 e foi substituído por José Maria Marin. Em 2015, Marco Polo Del Nero assumiu a entidade. Rodrigo Mattos observou que, pelo que é possível apurar, as gestões de Marin e Del Nero elevaram o valor pago em comissões a intermediários. Atualmente, giram entre 15% e 20% do valor

dos contratos, segundo o jornalista.

Além disso, Mattos apontou que os demonstrativos de despesa da CBF de 2014, quando já havia transição entre os presidentes, indicam R\$ 80 milhões para “serviços de terceiros”. Ele manifestou estranhamento com a rubrica.

— Clubes têm contratos assim porque pagam jogadores em direitos de imagem, mas a CBF não paga nenhum jogador. Quem recebe esse dinheiro?

Lúcio de Castro relatou o caso dos filhos de Del Nero. Um deles, Marco Polo Del Nero Filho, abriu uma empresa nos Estados Unidos em outubro de 2014 sem declará-la à Receita Federal e com um braço nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal. Na mesma época, lembrou Castro, José Maria Marin esteve nos Estados Unidos e acertou pagamento de propina pela negociação dos direitos de

transmissão da Copa do Brasil e da Copa América — informação já confirmada por investigações do FBI, que levaram Marin à prisão na Suíça. A empresa de Del Nero Filho tem como endereço o escritório de advocacia do pai. Já Marcus Vinicius Del Nero, segundo o jornalista, é diretor da Mowa Sports, empresa de conteúdos multimídia contratada pela CBF para tocar a CBF TV.

— A participação dos filhos nos negócios faz parte do modus operandi de Del Nero. Esta CPI pode ir bem longe. É preciso identificar os vasos intercomunicantes de cada personagem, como os cirurgiões quando se deparam com uma área contaminada e investigam todo o entorno do tecido ruim, a capilaridade por onde esses vasos se alimentam e são alimentados — afirmou o jornalista.

Próximos passos

O relator da CPI, Romero Jucá (PMDB-RR), recebeu dos jornalistas a íntegra dos documentos apresentados para embasar as exposições. Ele disse que vai cruzar as novas informações com aquelas já obtidas pela CPI para, então, tomar novas providências, como requerer medidas legais ou convocar depoentes.

Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, anunciou que a CPI ouvirá amanhã, às 10h15, os jornalistas Amaury Ribeiro Jr., Leandro Cipoloni e Luiz Carlos Azenha, coautores do livro *O Lado Sujo do Futebol*, que trata da corrupção no esporte.

Lei deverá prever ações para o Rio São Francisco

A revitalização da bacia hidrográfica pode ser regulamentada por uma legislação específica, proposta por Lídice da Mata e aprovada na Comissão de Meio Ambiente, ontem, em decisão terminativa

PARA MELHORAR A coordenação das ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e evitar a dispersão de esforços e recursos, Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou projeto que institui uma lei específica para regulamentar o tema. A proposta foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.

A autora considera necessária a criação de uma lei para dar mais consistência ao Programa de Revitalização do São Francisco. Para Lídice, o programa peca por se limitar a locais onde há obras de transposição das águas do rio e não prever medidas para preservação de nascentes e melhoria do saneamento básico nas cidades ribeirinhas.

Com o projeto (PLS 86/2015), a senadora também quer in-



Proposta objetiva preservação de nascentes e melhoria do saneamento básico

cluir a previsão de criação de órgãos específicos para a gestão de recursos hídricos nos governos dos estados e nas prefeituras de municípios cortados pelo São Francisco.

O projeto determina que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água do rio sejam aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas. Prevê ainda a criação ou ampliação de unidades de conservação em áreas essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica.

— O São Francisco está em situação extremamente grave. Há locais onde se pode atravessar o rio a pé — frisou.

Auditoria

Otto Alencar (PSD-BA), relator na CMA, considera que a proposta ajudará a dar maior efetividade às ações de revitalização. Ele cita auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta problemas na execução do programa de revitalização do rio, como fragilidade das ações de controle de erosão e baixa participação das comunidades envolvidas.

O senador apresentou emenda para que conste em

primeiro lugar na lista de ações prioritárias a elaboração de cenários futuros “por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia”. Ele sugeriu incluir, no item que prioriza a construção de açudes e reservatórios, a determinação de que seja comprovada disponibilidade hídrica antes das obras.

No debate, Jorge Viana (PT-AC) alertou para o agravamento da crise de abastecimento de água nas cidades. Ele sugeriu a realização de um debate com a Agência Nacional de Águas (ANA) sobre proteção dos recursos hídricos. Otto Alencar observou que outros rios do país sofrem com desmatamentos de suas margens e poluição pelo despejo de esgoto doméstico e industrial.

— O que está acontecendo no São Francisco pode acontecer no Centro-Oeste e em outras regiões se não tomarmos providências. Os governos federal, estaduais e municipais ainda não tomaram consciência de que a produção de água está diminuindo e o consumo está aumentando — reforçou.

Transformação de reserva em parque no Pará divide opiniões

O projeto que transforma em parque nacional a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, dividiu opiniões na reunião de ontem da Comissão de Meio Ambiente (CMA). O projeto teve entre seus defensores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Blairo Maggi (PR-MT) e Ivo Cassol (PP-RO), mas foi criticado por Jorge Viana (PT-AC), Paulo Rocha (PT-PA) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Um pedido de vista coletiva adiou a votação.

Autor do projeto (PLS 258/2009), Flexa Ribeiro propõe que 162 mil hectares da reserva biológica sejam convertidos no Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e outros 178 mil hectares passem à condição de Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

Hoje vivem na área cerca de 200 famílias, que se dedicam à pecuária e à produção comercial de arroz, banana, abacaxi e café. A mudança, afirma o autor, evitaria a remoção das famílias.

De acordo com a legislação, as reservas biológicas têm preservação integral, sem interferência humana. Já os parques nacionais podem ter destinação turística e as áreas de proteção ambiental podem ter ocupação humana, com atividades ecologicamente sustentáveis.

— Reserva biológica é a mais rigorosa área de proteção, você não pode tocar em nada. O projeto prevê um parque nacional e uma área de proteção ambiental, para que se possa explorar o turismo, pois é uma região rica para o turismo — argumenta o autor.

Flexa Ribeiro foi apoiado por Blairo Maggi.

— Fazendo a mudança, não se terá a possibilidade de abertura das áreas para agricultura e pecuária. No parque nacional não se permite, só turismo — disse.

Contramão

Para Jorge Viana, o texto segue na contramão de medidas aprovadas pela comissão para evitar a morte dos rios. A reserva, disse Paulo Rocha, abriga nascentes de vários rios que alimentam as bacias dos Rios Tapajós e Xingu, não sendo prudente reduzir sua proteção.

Ao citar exemplo de um parque nacional em Roraima que foi “completamente invadido”, Raupp ponderou que a população tem mais respeito quando se trata de reserva biológica. O presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), concedeu vista coletiva à proposta, a partir de pedido encabeçado por Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O projeto voltará à pauta da comissão na próxima reunião deliberativa.

Fátima registra inauguração de trecho da transposição

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a inauguração em Cabrobó (PE), na sexta-feira, da primeira estação de bombeamento do eixo norte da transposição do Rio São Francisco.

— A solenidade tem um conteúdo, eu diria, de natureza emocional muito forte, principalmente para pessoas como eu, que, a exemplo de muitas famílias nordestinas, conhece o drama da seca não de ouvir falar, mas conhece o drama da seca porque viveu na sua própria pele — disse.



Jefferson Ruffo/Agência Senado



Presidente da comissão, Otto (E) concedeu vista coletiva do projeto de lei

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão aprova texto que estimula uso da água da chuva

Foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, projeto de Donizeti Nogueira (PT-TO) que incentiva o aproveitamento de água da chuva.

O PLS 326/2015 inclui entre os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) o incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.

Conforme afirma o senador, cerca de 40% da população já enfrenta dificuldades de acesso à água. Ele cita estimativas

do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar dando conta de que, até 2050, cerca de 5 bilhões de pessoas estarão em situação de estresse hídrico.

Na opinião do parlamentar, é urgente melhorar a gestão dos recursos hídricos, estimulando práticas sustentáveis de utilização dos mananciais, redução de desperdício de água e captação da água da chuva.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), apresentou voto pela aprovação do projeto, com duas emendas de redação.

Proposta anistia agricultores de baixa renda

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem um projeto destinado a anistiar agricultores de baixa renda que cometeram crimes ambientais de menor gravidade, como a caça de animais silvestres. A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o PLS 375/2014, de Ângela Portela (PT-RR), serão anistiados agricultores pobres que, para garantir a segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas

e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). Essas são as infrações com pena máxima de até dois anos de detenção, como o uso de madeira de lei para fazer carvão ou a extração de areia em área de preservação permanente.

A senadora sugere que a medida alcance condenações desde a edição da lei, em 12 de fevereiro de 1998, e vá até 1º de maio de 2014. Mas, para ter direito à anistia, o agricultor deve estar registrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Em apoio à proposta, o relator na CMA, Blairo Maggi (PR-MT), aponta falhas na orientação da população rural pelo Estado quanto à importância da preservação ambiental, o que teria contribuído para o uso inadequado de recursos naturais por muitas famílias que praticam a agricultura de subsistência.

— O projeto estabelece tratamento justo e racional aos segmentos sociais mais vulneráveis, sem prejuízo da preservação presente e futura das diversificadas flora e fauna de nosso território — disse o senador.

Vai para a Câmara proposta que inclui deficientes na Lei de Cotas

Projeto, aprovado em decisão final na Comissão de Educação, inclui portadores de deficiência no grupo de minorias que contam com a reserva de 50% das vagas das universidades federais e das escolas técnicas federais. Pretos, pardos e indígenas já se beneficiam

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o PLS 46/2015, que inclui as pessoas com deficiência na Lei de Cotas, visando ao preenchimento das vagas em universidades federais e em escolas técnicas federais. O texto original, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi alterado pelo relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e irá para a Câmara caso não haja recurso para votação no Plenário.

A proposta determina que o percentual mínimo de 50% das vagas reservadas a estudantes das escolas públicas seja preenchido, em cada curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em proporção igual à população desses segmentos no respectivo estado.

— A Lei de Cotas foi um passo da sociedade visando à democratização do ensino superior e profissional, mas



Antonio Anastasia, observado por Cássio Cunha Lima, apresenta relatório sobre o projeto de lei

as pessoas com deficiência não foram contempladas — afirmou Anastasia.

O relator lembra ainda que algumas universidades já vêm se antecipando e instituindo, por conta própria, as cotas para os deficientes. Porém, sem uma lei que garanta isso, “o objetivo da universalização não será alcançado”.

O presidente da CE, Romário (PSB-RJ), criticou o fato de a presidente Dilma Rousseff ter vetado o artigo da Lei Brasileira de Inclusão que também estabelecia uma cota, nesse caso de 10%, para o segmento tanto nas instituições públicas quanto privadas, inclusive nos cursos de pós-graduação.

Bolsista poderá ter de colaborar com escolas públicas

Projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga os beneficiários de bolsas de estudos em universidades federais a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Como passou em votação final, a proposta pode seguir para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para a análise em Plenário.

Pela proposta (PLS 224/2012), que foi relatada por Ana Amélia (PP-RS), o beneficiário fica obrigado a prestar serviços de divulgação, formação e informação científica e educacional, pelo mínimo de duas horas semanais, nas escolas públicas durante o período de duração da bolsa. Os bolsistas no



A senadora Ana Amélia relatou o projeto de Cristovam Buarque na Comissão de Educação

exterior também deverão cumprir a exigência após o retorno ao Brasil.

Ficará excluído da obrigação quem tiver bolsa de iniciação à docência, de assistência estudantil ou de formação

de professores. Também será liberado o estudante que já desenvolver atividades em escolas públicas em virtude de atividades curriculares ou de extensão, ou mesmo por razões profissionais.

Caberá anualmente ao Ministério da Educação, em articulação com os sistemas estaduais e municipais de ensino, definir as áreas acadêmicas cujos bolsistas participarão das atividades. Também ficará a cargo dessas instituições fixar o número anual de bolsistas e estabelecer a forma por meio da qual eles desenvolverão as atividades escolares.

Os sistemas estaduais e municipais interessados em contar com o trabalho dos bolsistas deverão apresentar projetos para viabilizar a colaboração.

Comissão aprova política de assistência a universitários

A criação de uma política de assistência a estudantes universitários regularmente matriculados para unificar os programas de bolsas e auxílios do Ministério da Educação e das instituições federais foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, acessibilidade para estudantes com deficiência e temas afirmativos de-

verão ser abrangidos pela Política de Assistência Estudantil.

Caberá ao Ministério da Educação e a cada instituição definir os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes a serem beneficiados, mas sempre tendo como orientação dar prioridade aos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aos indígenas, aos quilombolas e aos que estão no meio rural.

A proposta aprovada é um substitui-

tivo de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) a projeto de Paulo Paim (PT-RS). O texto original (PLS 214/2010) previa a criação da Bolsa de Permanência Universitária. Para receber o benefício, o estudante teria que participar de estágios supervisionados.

A aprovação do novo texto pela comissão tornou-se possível após negociações com o Ministério da Educação, como destacaram Paim e Randolfe. O substitutivo aprovado terá que ser

Seguro para atletas e técnicos vai passar a ser obrigatório

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto (PLS 531/2011) de Zeze Perrella (PDT-MG) que exige a comprovação da contratação de seguro como condição para a participação de atletas e treinadores de futebol nas competições oficiais. A proposta teve o parecer elaborado por Ana Amélia (PP-RS) e deve seguir para a Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

A legislação atual (Lei Pelé) já obriga a contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais para os atletas por parte dos clubes. O projeto inova ao impor que as entidades de administração do esporte e as ligas exijam a comprovação de contratação do seguro para que atletas e técnicos possam participar das competições sob sua responsabilidade.

Outra inovação é a extensão da obrigatoriedade de contratação do seguro para os técnicos. O acidente vascular cerebral (AVC) sofrido pelo então treinador do Vasco, Ricardo Gomes, durante jogo contra o Flamengo pelo Campeonato Brasileiro de 2011 foi um dos fatos que motivaram a proposta de alteração na lei.

— O esporte de alto rendimento cada vez mais exige um desempenho que atinge situações-limite, expondo-os então a condições fisiológicas de risco — observou Ana Amélia.

O projeto insere outras mudanças na Lei Pelé para que a importância segurada garanta uma indenização mínima, correspondente ao valor anual da remuneração pactuada com o clube contratante. Se a proposta for convertida em lei, os clubes terão 180 dias para se adequarem.

— Infelizmente já ocorreram diversos casos de atletas e técnicos vítimas de problemas de saúde ou que sofreram acidentes trágicos — lembrou Perrella.

analisado em turno suplementar na próxima semana.

Segundo Randolfe, o ministério e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) têm procurado manter os estudantes de baixa renda nas universidades federais por meio da criação de bolsas e de trabalho.

— Mas ainda inexistente um programa unificado, e acho que agora é a oportunidade de fazermos isso — disse.

Para Capiberibe, filiação de Lúcia Vânia vai engrandecer e dignificar o PSB

João Capiberibe (AP) destacou a filiação da senadora goiana Lúcia Vânia ao seu partido, o PSB, a ser oficializada amanhã. Com a entrada de Lúcia Vânia, a bancada do partido passará a contar com sete parlamentares no Senado. Em 17 de junho, Lúcia Vânia comunicou a saída do PSDB, no qual militou por mais de 20 anos. Capiberibe disse que a senadora muito contribuirá para engrandecer e dignificar

o Partido Socialista Brasileiro.

— A senadora possui raízes profundas, que lhe permitem dialogar com as questões locais, e ao mesmo tempo possui antenas sensíveis que lhe permitem estar em sintonia com os grandes temas nacionais.

Capiberibe considerou ainda que Lúcia Vânia é “uma parlamentar de dimensão nacional, que soube se impor por seu conjunto de qualidades

e que não se furta a debater ideias e a apresentar propostas”.

Também colega de partido, Fernando Bezerra Coelho (PE) disse que a trajetória de Lúcia Vânia apresenta grandes contribuições à democracia e ao desenvolvimento nacional.

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), cumprimentou o PSB, mas disse que “nenhum dos tucanos ficou feliz com a perda de

Lúcia Vânia, que ajudou a construir o PSDB na sua essência, como militante do partido e em suas passagens pelo Poder Executivo — como quando esteve à frente da Secretaria Nacional de Assistência Social”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e vários outros senadores também fizeram apartes cumprimentando o PSB pela entrada de Lúcia Vânia na bancada.

Colaboração do delator do swissleaks deve dar novo fôlego à CPI do HSBC

Ex-funcionário do banco, Hervé Falciani foi ouvido ontem em videoconferência e prometeu compartilhar informações com os senadores

O ESPECIALISTA EM informática Hervé Falciani, que revelou dados do escândalo conhecido como swissleaks, concordou ontem em colaborar com a CPI do HSBC. A colaboração de Falciani, que foi ouvido pela comissão em videoconferência, deve dar novo fôlego às investigações, já que o governo francês não havia concordado em compartilhar os dados com o colegiado. Com isso, a duração da CPI deve ser prorrogada.

— A prorrogação é fundamental porque até o dia 19 de setembro [prazo final da CPI] nós não vamos ter condições de materializar o que definimos e ajustamos aqui hoje com o senhor Falciani. Vamos ter que assinar um termo, um acordo com ele — disse o relator da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que quer a prorrogação por pelo menos 90 dias.

O requerimento de prorrogação deve ser votado em reunião marcada para quarta-feira da próxima semana.

Os termos da cooperação devem ser discutidos nos próximos dias com os advogados de Falciani, ex-funcionário do banco. A partir daí, a intenção de Ferraço é formar um grupo de trabalho. Com a lista dos correntistas do banco, ele pretende descobrir com o Banco Central e a Receita se os valores foram declarados no Brasil.

Falciani denunciou fraudes fiscais envolvendo a filial do banco HSBC na Suíça. A quantia chegaria a US\$ 100 bilhões. Desse total, cerca de US\$ 7 bilhões teriam sido movimentados por brasileiros.

Fonte de dados

O presidente da CPI, senador Paulo Rocha (PT-PA), tomou a iniciativa de convidar Falciani a colaborar com a comissão.

— Precisamos ter acesso



Ciro, Ferraço, Paulo Rocha e Randolfe questionam Falciani (no telão): acordo com delator pode motivar prorrogação da CPI

à fonte de dados para que possamos aprofundar as investigações. Manter dinheiro em contas no exterior não é crime pela legislação brasileira, a menos que a quantia não seja declarada — disse Paulo Rocha.

Durante a audiência, Falciani foi questionado sobre o número divulgado até agora, de cerca de 8,7 mil brasileiros com contas no HSBC na Suíça. O especialista disse que o universo é muito maior que esse, com intermediários e laranjas operando em nome de outras pessoas. Ele também informou que há muitos outros bancos envolvidos no esquema de facilitar evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Falciani disse que não existe na Suíça um registro central de todas as contas, o que fragiliza o controle. Questionado sobre que percentual das contas seria ligado a crimes, o depoente disse considerar muito difícil para a Suíça identificar a origem delituosa.

Segundo ele, as investigações mostram que há uma atitude ativa por parte dos bancos, que procuram esses clientes e oferecem vantagens. No caso do HSBC, a vantagem é o fato

de ter uma estrutura presente em todo o mundo. Parte disso ainda não foi revelada pelo swissleaks, afirmou. Para ele, é preciso vontade política para acabar com esse mecanismo. Um avanço importante, defendeu, seria a criação, em mais países, de departamentos de inteligência econômica para coibir evasão fiscal.

Credibilidade

Durante a audiência, Falciani foi questionado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI) sobre a natureza da sua colaboração com as investigações internacionais, se espontânea ou não. O depoente negou que os dados fornecidos por ele sejam fruto de uma apreensão na casa de seus pais, como noticiado por parte da imprensa. Ele também afirmou jamais ter tentado obter vantagem com as informações de que dispunha.

Ciro se disse preocupado com a credibilidade das informações do ex-funcionário:

— É lógico que temos que utilizar como indício, mas eu não vejo como a CPI pode proceder todo o seu trabalho baseada em uma pessoa que está sendo acusada de ter con-

seguido esses dados para obter vantagem financeira.

Em resposta, o vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), afirmou que Ciro não tem interesse no prosseguimento das investigações. Para Randolfe, o depoimento de Falciani “oxigenou” a CPI e sua colaboração é fundamental para o trabalho da comissão.

— O depoimento de hoje ressuscita, dá novo fôlego à CPI. O senhor Falciani se colocou inteiramente à disposição como colaborador que é. E mais: deixará rubro de vergonha o Brasil se nós não dermos sequência a isso. Só não se investiga se não quiser ou se alguns acharem que têm algo a esconder — disse Randolfe.

Tanto Randolfe quanto Ferraço citaram como exemplo a Operação Lava-Jato, em que acusados colaboraram com a investigação. Sem a participação deles, grande parte das irregularidades poderia não ter aparecido, ressaltaram.

Ao final do depoimento, Falciani lembrou que muitas informações suas já foram confirmadas em investigações das autoridades de outros países.

Ana Amélia elogia prefeito e secretários que doaram salários

Ana Amélia (PP-RS) elogiou em Plenário o prefeito e 13 secretários de Santa Cruz do Sul (RS) pela decisão de doar parte dos salários para ajudar a equilibrar as contas da prefeitura. O prefeito abriu mão do salário ao tomar posse e agora 13 secretários vão doar R\$ 3 mil de seus vencimentos à cidade.

Segundo a senadora, o objetivo da decisão é ajudar no equilíbrio da contas nas áreas de educação e saúde.

— Quando vemos a própria presidente [da República] dizer do impacto que houve com a queda da receita, imaginamos o que acontece com os estados e os municípios. Então, queria destacar a iniciativa, que é simbólica, de Santa Cruz.

José Medeiros quer alteração nas regras do seguro DPVAT

O senador José Medeiros (PPS-MT) disse que vai apresentar projeto para alterar as regras do seguro obrigatório de veículos (DPVAT), pago à seguradora Líder.

Com metade do dinheiro arrecadado, a Líder gerencia o pagamento de despesas hospitalares de pessoas feridas ou de indenizações a familiares das que morrem em acidentes de trânsito envolvendo veículos, explicou o senador.

José Medeiros quer que os donos de veículos escolham livremente a seguradora.

— Com a concorrência, ganham os consumidores. A tendência é a diminuição do valor cobrado e a melhoria do serviço — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Estímulo à tecnologia no gerenciamento do trânsito

Projeto para incluir o avanço tecnológico entre os alvos da Política Nacional de Trânsito e estimular o uso dos sistemas informatizados de gerenciamento nas infraestruturas de mobilidade urbana foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 13/2014) determina a utilização de aportes tecnológicos, como “semáforos inteligentes” e informação para o motorista, no planejamento e na operação do trânsito de veículos e nos sistemas de mobilidade urbana.

A proposta, do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM), segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ela altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) e a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012).

Na justificativa, Braga cita estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontam piora nas condições de transporte urbano nas principais vias metropolitanas do país desde

1992, com aumento nos tempos de viagem casa-trabalho. Para ele, soluções inteligentes de monitoramento eletrônico do trânsito podem ser uma opção à falta de transporte público de qualidade e de investimento em infraestrutura.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou voto favorável. Segundo o senador, a utilização de recursos tecnológicos no gerenciamento da mobilidade urbana constitui um meio para melhorar o trânsito com a infraestrutura que temos hoje.

Família poderá ter direito a férias no mesmo período, define projeto

Os trabalhadores membros de uma família poderão ter direito a férias no mesmo período. A possibilidade é prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 552/2011, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entretanto, conforme o texto, o direito não poderá ser exercido se resultar em prejuízo para o serviço nas empresas em que os empregados trabalharem.

De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ),

a proposta estabelece que, havendo discordância quanto à definição do período, ou em caso de acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem as férias. A decisão deverá ser fundamentada, com ciência por escrito aos interessados.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou relatório favorável ao projeto, que terá decisão final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em audiência no Senado, representantes de universidades cobraram a criação de algum mecanismo que avalie o conhecimento adquirido pelo aluno brasileiro no exterior

Debate aponta falha no Ciência sem Fronteiras

O PROGRAMA CIÊNCIA sem Fronteiras é importante para a internacionalização do ensino brasileiro e contribui para a formação de recursos humanos para o país, mas ainda apresenta problemas, como a falta de um sistema de avaliação dos estudantes que voltam para o Brasil. A conclusão é dos debatedores que participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Dirigentes de universidades que enviaram alunos para o programa registraram o “salto” que as instituições obtiveram, apesar dos problemas e burocracias iniciais. O nome brasileiro ganhou mais visibilidade no cenário da educação superior e mais parcerias com universidades estrangeiras foram firmadas, disseram.

— A internacionalização sempre aconteceu nas universidades brasileiras em níveis diferentes. Algumas nem tinham uma política de relações internacionais. Havia uma predominância da cooperação internacional pela pesquisa, e não pelo ensino. O Ciência sem Fronteiras foi uma inovação — disse Márcio Barbosa, secretário de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Todos admitiram não existir uma avaliação sistematizada



O ex-bolsista do Ciência sem Fronteiras Guilherme de Rosso fala na audiência, que foi conduzida por Cristovam Buarque (C)

do conhecimento obtido pelos alunos nas parceiras estrangeiras e muito menos um acompanhamento de suas trajetórias no mercado de trabalho após a temporada de estudos no exterior. Segundo os debatedores, isso dificulta a mensuração de resultados concretos do programa para a sociedade.

— Temos preocupação com a falta de controle e de avaliação. Não sabemos como o egresso do programa está. A UnB não tem condições de fazer a avaliação e o acompanhamento — resumiu Marcelo Rezende, diretor de Acompanhamento e Integração Acadêmica da Universidade de Brasília:

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da comissão, apoiou o programa:

— O Brasil é melhor tendo o Ciência sem Fronteiras do que não tendo. O que a gente precisa discutir é como tornar o programa, de fato, um instrumento de transformação, colocando o país no mundo da inovação.

Graduação

Omar Aziz (PSD-AM), apesar de se dizer favorável ao programa, criticou o envio de alunos da graduação para o estudo em universidades do exterior, justamente o maior número de bolsistas beneficiados. Na opinião do senador, a prioridade deveriam ser os alunos de pós-graduação. Aziz é o responsável pela análise dessa política pública em 2015 e, para isso, pediu a audiência de ontem.

No mesmo sentido opinou o vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Hedinaldo Narciso:

— A pós-graduação deveria ser mais incentivada a participar. E, sobretudo, o programa deveria trazer gente do exterior para ajudar na formação de recursos humanos aqui.

Os representantes das universidades também apontaram falhas na proficiência dos estudantes nos idiomas estrangeiros e na comunicação entre a universidade brasileira e a parceira estrangeira. Também foi mencionada a necessidade de investir no caminho contrário, com estrangeiros vindo estudar nas escolas brasileiras.

Empolgados com a oportunidade que tiveram fora do país, os ex-bolsistas que participa-

ram da audiência defenderam o programa, que, disseram, pode ajudar a corrigir o déficit de pessoal qualificado nas áreas tecnológicas. Eles relataram suas experiências e o enriquecimento cultural e educacional obtidos no exterior. O método de estudo das universidades americanas, principalmente, que estimulam a pesquisa e focam nas aulas práticas, e o incentivo à inovação sem burocracia impressionaram Lucas Pinheiro, engenheiro mecânico que estudou nos EUA.

Ele relatou o estágio em empresas de tecnologia e a vivência nos laboratórios altamente equipados, muitas vezes a partir de parcerias público-privadas, algo que poderia ser copiado no país, disse. Sua experiência na academia americana o levou a contribuir com uma empresa criada em Brasília. Ele criou um motor elétrico para ventiladores que supera em 300% a eficiência energética de outros motores com selo A para o aparelho.

— Acreditem mais nos bolsistas e nos recursos humanos que estão sendo formados — disse.

Guilherme de Rosso, ex-bolsista e mestrando da Universidade de São Paulo (USP), fundou a Rede CsF, para integrar os ex-beneficiários do programa. Ele citou dificuldades para inovar e trabalhar no Brasil.

Paim defende pagamento de bolsa para universitários carentes

Paulo Paim (PT-RS) comemorou aprovação na Comissão de Educação (CE) de seu projeto que cria a bolsa de permanência universitária, a ser paga a estudantes em situação de vulnerabilidade matriculados em instituições federais de ensino superior, para custear despesas típicas de um universitário.

— Apesar de não ter de pagar pelo acesso à universidade pública, muitos estudantes de origem modesta têm grande dificuldade de completar os estudos por falta de recursos para atender questões básicas, como alimentação, transporte, vestuário e qualquer lanche que tenha de fazer na universidade — explicou Paim.

O projeto (PLS 214/2010), que foi aprovado na CE na forma de substitutivo, ainda deve ser votado em turno suplementar na comissão, onde terá decisão terminativa (se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, seguirá para a Câmara).

Ângela: mesmo longe dos grandes centros, RR se destaca na educação

Ângela Portela (PT-RR) parabenizou 66 alunos de escolas estaduais de Roraima que conquistaram medalha de bronze na 10ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Dois outros conquistaram medalha de prata. Ela ressaltou também o trabalho de dois estudantes do Instituto Federal de Roraima que ficaram entre os vencedores da 6ª Jornada de Foguetes, em Barra do Piraí (RJ), em 2014. Eles construíram foguetes com garrafas PET movidos a vinagre.

— Os resultados desses certames me deixam muito feliz. Mesmo estando numa região distante dos centros ricos do nosso país, temos alunos que nos dão orgulho pelo empenho em lutar não apenas por prêmios, mas também por ocupar espaços no mundo do saber.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa apoia projeto que investiga papel da Amazônia no clima mundial

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a inauguração no último sábado do Observatório de Torre Alta da Amazônia (Atto, em inglês), em São Sebastião do Uatumá (AM). A torre faz parte de um projeto de estudo sobre os efeitos da Floresta Amazônica nas mudanças climáticas, principalmente no regime de chuvas do planeta.

Ela explicou que o projeto é uma parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia com o instituto alemão Max Planck e ressaltou que a torre, com 325 metros de altura, poderá analisar os efeitos da floresta em um raio de mil metros, mais do que a das torres existentes na região, com alcance de dez metros.

— Esse projeto é importante para o planeta, para o meio ambiente e, sobretudo, para as pessoas. O objetivo principal dele é garantir o desenvolvimento sustentável.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Estudiosos pedem atenção para conferência do clima

Pesquisadores apresentaram, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, estudos que poderão ajudar o Brasil a elaborar proposta a ser levada para a COP-21, em Paris, e a reduzir emissão de gases

A NOVA CONFERÊNCIA do Clima (COP-21), que acontecerá em Paris no final deste ano, não vem recebendo a devida atenção da sociedade brasileira, segundo o físico Luiz Pinguelli Rosa. Em audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), ele avaliou que a baixa repercussão é motivada pela concentração do debate público nos atuais problemas políticos e econômicos do país.

— A Conferência de Paris não está merecendo uma atenção proporcional à sua importância — disse.

Secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Pinguelli apresentou estudo coordenado da entidade para avaliar as consequências econômicas e sociais, até 2030, decorrentes da adoção de um conjunto de medidas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) no país.

O físico disse esperar que em Paris, a partir de 31 de novembro, o Brasil volte a ter papel importante nas discussões em defesa de metas mais ambiciosas de combate às emissões com a mesma influência que já exerceu na Conferência Rio 92 e, depois, em Copenhague e Kyoto.

Reconheceu, contudo, que o país aumentou as emissões de gases nos últimos tempos, devido ao acionamento de usinas de energia térmica, “muitas de baixa eficiência”.

— É preciso mudar essa tendência, e, para isso, contamos também com fatores positivos, como a entrada da energia eólica no Brasil, que está se concretizando e já ultrapassa a geração nuclear. Temos ainda a entrada da energia solar, embora ache importante um programa de difusão do seu uso e não a concentração de geração — defendeu.

A Conferência das Partes



Luiz Pinguelli Rosa fala à comissão mista presidida por Fernando Bezerra Coelho

(COP) foi instituída durante a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, no Rio de Janeiro, em 1992. Reúne os 195 países que ratificaram a convenção mais a União Europeia. O governo brasileiro ainda não fechou a proposta que defenderá na Conferência de Paris. Na audiência, senadores e deputados cobraram mais agilidade do governo na divulgação dessa proposta.

Subsídio

O estudo apresentado por Pinguelli, que já foi entregue ao governo, tem dupla finalidade: subsidiar políticas voluntárias do país de redução de emissões e, mais imediatamente, a construção da proposta que será levada a Paris. Da elaboração, participaram professores universitários, especialistas indicados por grandes empresas consumidoras de energia, entidades empresariais e sindicais, organizações da sociedade e outros segmentos.

O trabalho do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas também foi abordado pelo pesquisador William Wills, do Instituto Coppe, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo ele, o estudo aponta, em suas conclusões, resultados animadores sobre os impactos associados à adoção de ações mitigado-

ras de emissões, apesar dos custos de implementação das medidas. Em quatro cenários examinados, os efeitos sobre o produto interno bruto (PIB) seriam extremamente reduzidos.

— O grande anúncio a ser feito é que não será por causa das medidas mitigadoras que iremos prejudicar nosso potencial de crescimento de longo prazo, o que dependerá antes de tudo, de modo benéfico, de o país fazer o dever de casa bem feito, aumentando o nível de produtividade da economia, a qualidade da educação e da formação do trabalhador e reduzindo o custo Brasil e melhorando a precária infraestrutura — comentou Wills.

Para efeito do estudo, na projeção de crescimento médio anual do PIB (3,9%) a partir de 2015, foi considerada a taxa adotada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Entre mais de 50 medidas mitigadoras de emissões, foram consideradas metas de redução de desmatamento e de plantio de florestas, aumento do consumo de etanol no lugar da gasolina e outros combustíveis fósseis, trocas de fornos industriais por outros mais eficientes e incrementos da taxa de substituição do transporte de pessoas em veículos individuais por modais públicos como metrô e ônibus de tráfego rápido (BRTs).

Collor quer que STF impeça Janot de vazarem informações sigilosas

Fernando Collor (PTB-AL) fez um apelo ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que coloque um ponto final e não permita que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, continue praticando o crime de vazamento de informações que estão sob sigilo de justiça. O procurador será sabatinado hoje, às 10h, pela Comissão de Constituição e Justiça.

— Faço esse apelo ao Supremo Tribunal Federal: que empreenda o melhor dos seus esforços e a melhor de suas inteligências para que não se permita mais que Rodrigo Janot faça com que o Ministério Público Federal seja alvo de especulações das mais diversas — disse.

De acordo com Collor, Janot vem usando a Procuradoria-Geral da República como ação política para intimidar o Congresso e o Senado nas vésperas de sua sabatina. O senador disse que o procurador continua fazendo acusações contra sua honra e sua dignidade, mas ressaltou que não se sentirá intimidado e que Janot “haverá de saber respeitar as instituições”.

— Eu estarei todos os minutos, todos os instantes na sua cola, bem próximo dele, ouvindo e sabendo o que ele anda fazendo, as traquinagens que anda praticando para poder, desta tribuna, denunciar alguém que é um engodo, alguém que vem se fantasiando de arauto da moral, dos bons costumes, dono da verdade, o que ele não o é — afirmou.

O senador ainda afirmou que Rodrigo Janot, durante sabatina realizada na CCJ no ano de 2013, “escamoteou a sua verdadeira personalidade e o modus operandi que iria imprimir na Procuradoria-Geral da República”. Collor leu trechos da declaração de Janot na época dizendo que “o MPF tem a missão de tutelar o regime e a ordem jurídica, sendo inadmissível e intolerável entregar-se à arapongagem”. Para o senador, isso é o que ele mais vem fazendo desde que assumiu a procuradoria.

— É necessário que façamos muita atenção para este lobo vestido em pele de cordeiro, chamado Rodrigo Janot. Ele não é isso o que alguns imaginam que ele seja — alertou.



Para Collor, Janot usa Procuradoria-Geral para intimidar o Congresso Nacional

Passa em comissão custo maior para manutenção de patentes

Para estimular a competição entre agentes econômicos, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que institui uma nova fórmula de cálculo do valor da chamada retribuição anual — o custo das empresas com a manutenção de patentes. A proposta (PLS 689/2011) também revoga um dispositivo da Lei 9.279/1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para eliminar o que o autor, ex-senador Vital do Rêgo, considera demasia no prazo de proteção da patente.

O projeto estabelece que o valor da retribuição será progressivo durante o prazo de vigência da patente. O cálculo se dará pela multiplicação do valor previsto para o terceiro ano da data do depósito pelo número de anos decorridos. Sistema semelhante adotado pela Alemanha reduziu para oito anos o tempo de vida médio de uma patente.

Hoje, o prazo de proteção de patente no Brasil é de 20 anos após a data do depósito. A cobrança de um custo maior para a manutenção da patente,

a partir do terceiro ano, estimulará a competição entre os agentes econômicos, na avaliação do então senador. A elevação progressiva, no caso, funcionaria como desestímulo à prática de manter o registro por 20 anos apenas para impedir que o conhecimento caia em domínio público e possa ser utilizado por outros empresários e consumidores.

O projeto prevê ainda a integração do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) ao comitê gestor da Rede Nacional para a Simplificação do

Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). O objetivo é assegurar maior eficiência nas outorgas de registro, em benefício dos que demandam atendimento nessa autarquia.

O projeto, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recebeu voto favorável do relator na CAE, Walter Pinheiro (PT-BA). Será examinado, em seguida, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em decisão terminativa.

Relator aceitará reajuste maior para servidor

Deputado fechou acordo que permite que cada um dos três Poderes estabeleça na Lei de Diretrizes Orçamentárias o aumento que pretende dar a seus funcionários

O RELATOR DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), fechou ontem um acordo com representantes de servidores do Poder Judiciário. O acordo abre na LDO uma brecha para a concessão de um reajuste salarial maior para os três Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo).

Pelo acordo, Teobaldo deverá dar parecer favorável a um destaque que será apresentado por um parlamentar na hora da votação do relatório final, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O destaque é baseado em uma emenda do deputado Izalci (PSDB-DF).

A emenda determina que o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão ao Ministério do Planejamento as suas necessidades de recomposição salarial, que farão parte do anexo da proposta orçamentária que relaciona os reajustes autorizados em 2016.



Rose de Freitas, que preside a comissão, dá entrevista enquanto servidores do Judiciário defendem reajuste mais alto

Pela redação proposta pelo deputado Izalci, cada Poder terá liberdade para definir quanto deseja conceder de aumento para seu funcionalismo. Segundo o parlamentar, a emenda apenas restabelece “a independência entre os Poderes”.

O relatório final da LDO não permite essa liberdade. O texto, que foi negociado

por Teobaldo com o governo, determina que cada Poder terá um teto de reajuste informado pelo Planejamento. Com base nos tetos, os Poderes definirão os reajustes para as suas categorias. Os tetos já foram encaminhados ao Legislativo, ao Judiciário, ao MPU e à DPU, mas não foram abertamente divulgados.

Teobaldo fez questão de res-

saltar que apenas vai acolher o destaque, mas a decisão final vai depender da Comissão de Orçamento:

— O voto é que vai decidir.

O Judiciário já negociou com o governo um reajuste diferenciado em 2016. O Poder ganhou um aumento de 41,47%, escalonado em oito parcelas. O projeto com a correção chegou à Câmara.

Os demais Poderes terão um percentual menor. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, a proposta foi de 21,3%, dividido em quatro anos.

Izalci, no entanto, defende a liberdade para cada Poder fazer a própria planilha de aumento, para recompor as perdas salariais dos últimos anos com a inflação.

O relatório final da LDO será colocado em votação hoje na CMO. A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que existe acordo para iniciar o processo:

— Está tudo preparado. Já temos quórum. Precisamos agora sentar e votar. Acho que não vai ter dificuldade.

A votação estava marcada para ontem, mas teve que ser adiada por causa do início da ordem do dia no Plenário da Câmara. Rose de Freitas lamentou e disse estranhar o fato de a sessão plenária ter começado antes do previsto e sem quórum para deliberação.

(Da Agência Câmara)

Chioro: problema do SUS é falta de verba, não falhas de gestão

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, disse ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o principal problema do Sistema Único de Saúde (SUS) não é a má gestão, e sim a falta de recursos, mesmo tendo as três esferas de governo (federal, estaduais e municipais) elevado os gastos na área nos últimos anos.

Os gastos federais passaram de R\$ 58,3 bilhões em 2010 para R\$ 98,4 bilhões neste ano. Ainda assim, Chioro disse que o Brasil gasta relativamente pouco com saúde, quando comparado com outros países.

Segundo o Banco Mundial, o Brasil depende US\$ 525 por habitante ao ano com ações de saúde, cifra que inclui as despesas das três esferas. Países que têm sistemas universais como o SUS gastam em média US\$ 3 mil por habitante.

— Nós vivemos de fato um sistema de saúde público



Ministro da Saúde, Arthur Chioro (D), fala a parlamentares da Comissão Mista de Orçamento sobre dificuldades do SUS

subfinanciado e se faz um enorme esforço para garantir os conceitos de universalidade e integralidade que estão previstos na Constituição — afirmou o ministro.

Para ele, a avaliação de que o problema está restrito a falhas de gestão reduz a magnitude da questão.

A audiência foi promovida pela CMO em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família da Câmara e

de Assuntos Sociais do Senado. O ministro prestou contas da aplicação de recursos do SUS.

Chioro criticou a decisão de extinguir a CPME, tributo que vigorou até 2007 e que tinha parte da arrecadação destinada à saúde pública:

— Tivemos em 2007 uma grande retaliação à população.

De acordo com ele, o fim do tributo tirou da saúde pública R\$ 350 bilhões desde 2008. Ele afirmou que somente neste

ano, se estivesse em vigor, a CPMF colocaria mais de R\$ 60 bilhões no setor.

Diversos deputados defenderam a criação de impostos para financiar a saúde pública. Wadson Ribeiro (PCdoB-MG) propôs como fonte de recursos a taxação de grandes fortunas. Jorge Solla (PT-BA) defendeu a incidência do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos do mercado de ações:

— O subfinanciamento é

patente na saúde do Brasil. Isso não há como negar. Precisamos construir alternativas que visem assegurar financiamento para a saúde.

Questionado por parlamentares, Chioro explicou que o SUS deverá receber neste ano R\$ 1,2 bilhão de ressarcimento dos planos de saúde pelo atendimento dos usuários dos planos na rede pública.

Segundo ele, o governo vem fazendo um levantamento de todas as interações financiadas pelo SUS e tem cruzado os dados com o cadastro dos planos de saúde.

— O ressarcimento passou a ser uma realidade — afirmou Chioro.

O ministro afirmou ainda que todas as 4.146 vagas disponibilizadas neste ano pelo Programa Mais Médicos foram integralmente ocupadas por médicos brasileiros.

(Da Agência Câmara)

Projeto cria postos de saúde especializados em oftalmologia

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o PLS 258/2015, de Romero Jucá (PMDB-RR), que torna obrigatórias ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto foi analisado na CE sob o aspecto educacional, explicou a relatora Ana Amélia (PP-RS), cabendo à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a análise dele como um todo.

Para a senadora, o projeto lança mão de estratégias inovadoras, como o ensino a distância e o emprego da telemedicina. Sendo assim, além de melhorar a qualidade da atenção oftalmológica pela inserção de médicos especialistas na área, a proposta garante perenidade e continuidade desses serviços no longo prazo, por meio da transmissão de conhecimentos aos profissionais envolvidos na

assistência à população.

— A presença dos oftalmologistas na atenção básica ajudará a qualificar o Programa Saúde na Escola, pois esses são os profissionais habilitados para avaliar e acompanhar a acuidade visual, fator determinante no sucesso escolar — frisou Ana Amélia.

A proposta trata da aquisição, da ampliação e da construção de unidades de atenção primária em oftalmologia, da criação

de uma rede de serviços de assistência farmacêutica que dará apoio a essas unidades e da qualificação da assistência básica em saúde ocular.

Para qualificar essa assistência básica, o projeto propõe a educação permanente dos profissionais de saúde integrantes das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf).

A proposta ainda dispõe

sobre os programas de ensino a distância, que se darão por meio de parcerias com as entidades de ensino de oftalmologia, a inclusão de oftalmologistas nas equipes do Nasf e um programa de telemedicina de apoio aos médicos da ESF.

O projeto estabelece que o poder público poderá contratar serviços de atenção primária oftalmológica da iniciativa privada quando os recursos do SUS forem insuficientes.